

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.878 - SP (2019/0029786-1)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : L S (PRESO)
ADVOGADOS : THIAGO QUINTAS GOMES - SP178938
HERCULANO XAVIER DE OLIVEIRA - SP204181
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por L. S. em face de acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que denegou o *writ* de origem, por acórdão que tem a seguinte ementa (fl. 65):

HABEAS CORPUS - CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO - Pedido de revogação da prisão preventiva - Impossibilidade - Manutenção da custódia cautelar diante da presença dos seus pressupostos e fundamentos - Paciente que ostenta maus antecedentes e reincidência - Constrangimento ilegal não configurado - Ordem denegada.

Nesse recurso argumenta-se que há constrangimento ilegal, porque não está configurado o crime imputado, bem como por ausência de fundamentação idônea.

Por isso, requer o provimento do recurso em *habeas corpus*, para a revogação da custódia.

O recorrente responde pela prática do crime tipificado no art. 1º, da Lei n. 9.613/98.

É o relatório.

DECIDO.

A concessão de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, somente cabível quando, em juízo perfunctório, observa-se constrangimento ilegal.

No procedimento do *habeas corpus* não se permite a produção de provas, pois essa ação constitucional deve ter por objeto sanar ilegalidade verificada de plano, por isso não é possível aferir a materialidade e a autoria delitiva. As alegações quanto a esse ponto, portanto, não devem ser conhecidas.

Por outro lado, não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

A decisão de prisão preventiva restou assim fundamentada (fls. 20/22):

Nos termos do artigo 312 do Código de Processo Penal, é pressuposto da prisão preventiva a existência de prova nos autos que a liberdade do réu venha a interferir na instrução criminal, a obstar a aplicação da lei penal ou represente perigo para a ordem pública. Deve estar presente ainda, o pressuposto genérico do artigo 313 do Código de Processo Penal, ou seja, o crime imputado ao réu deve ser doloso e punido com a pena de reclusão.

Encontra-se provada nos autos a materialidade do delito, e existem indícios suficientes de que o réu seja o autor.

Segundo de Plácido e Silva [...].

Segundo Tourinho Filho [...].

A respeito da segurança da aplicação da lei penal, continua o Ilustre Processualista [...], em suma para se evitar o periculum in mora, assegurando-se, pois a aplicação da lei penal.

No caso presente, segundo a Acusação, há fortes indícios de que o réu praticou crime grave, com risco à instrução processual e a eficaz aplicação da lei penal.

Ante o exposto, DECRETO a prisão preventiva do indiciado L S.

[...]

Como se vê, o decreto não contém qualquer motivação concreta para a prisão, valendo-se de fundamentação abstrata e com genérica regulação da medida cautelar, além de presunções, ressaltando apenas que existem indícios de autoria e materialidade, de forma que evidencia a falta de fundamento válido.

Cumprе observar que, embora o acórdão do Tribunal local aponte elementos concretos à preventiva, é pacífico o entendimento nesta Corte Superior, bem como no Supremo Tribunal Federal, de que o Tribunal de origem não pode suprir a ausência de motivação do decreto prisional proferido pelo juiz singular, sob pena de o *habeas corpus* servir de vetor convalidante do encarceramento ilegal (HC n. 325442/RJ - 5ª T. - Rel. Min. Gurgel de Faria - unânime - DJe 5/10/2015; HC n. 325.523/MG – 6ª T. – unânime – Relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura – DJe 17/8/2015 e RHC n. 46.742/MG – 5ª T. – unânime – Relator Ministro Félix Fischer – DJe 3/11/2014).

Não havendo no tema, com a clara motivação genérica, divergência nesta Sexta Turma do Tribunal, desde logo reconheço a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, defiro a liminar para a soltura do recorrente, L. S., o que não impede a determinação de medida cautelar diversa de prisão, por decisão fundamentada.

Comunique-se.

Solicitem-se informações.

Após, ao Ministério Público Federal, para manifestação.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator

